



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social – fundamentos

COLABORAÇÕES DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA PARA A INTERPRETAÇÃO DA EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO ESTADO DO NORDESTE E NO NORTE DE MINAS GERAIS

GABRIEL VITOR SOUZA SANTIAGO¹

GEOVANA MOREIRA GOUVEA ALVES²

WESLEY HELKER FELÍCIO SILVA³

NOÊMIA DE FATIMA SILVA LOPES⁴

DIEGO TABOSA DA SILVA⁵

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo discutir a emergência do Serviço Social no Nordeste e Norte de Minas Gerais, bem como o surgimento das Escolas de Serviço Social dessas regiões. Desse modo, à luz da teoria marxista da dependência, procurou-se levantar fatores sociais, econômicos e políticos, que eclodiram no surgimento do Serviço Social e das escolas.

Palavras-chave: Serviço Social; Capitalismo Dependente; Escolas de Serviço Social; Nordeste; Norte de Minas.

ABSTRACT

The present study aims to discuss the emergence of Social Service in the Northeast and North of Minas Gerais, as well as the emergence of Schools of Social Service in these regions. Thus, in light of the Marxist theory of dependence, we sought to identify social, economic and political factors, which emerged in the emergence of Social Services and schools.

Keywords: Social service; Dependent Capitalism; Schools of Social Work; North East; North of Minas.

¹ Universidade Estadual de Montes Claros

² Universidade Estadual de Montes Claros

³ Universidade Estadual de Montes Claros

⁴ Universidade Estadual de Montes Claros

⁵ Universidade Estadual de Montes Claros



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

INTRODUÇÃO

No Brasil, o Serviço Social⁶ emerge como uma forma de racionalizar a ajuda, sob a necessidade do Estado em conter a classe trabalhadora, sem comprometer o lucro do capital. Em um período histórico caracterizado pela acentuação da “questão social”⁷ e consequentemente uma maior expressão de desigualdade em suas várias formas, principalmente a desigualdade territorial, algumas regiões brasileiras subdesenvolvidas expressam em suas relações econômicas, sociais e culturais, certa dependência em relação às regiões desenvolvidas, onde se concentram as principais atividades econômicas por um processo intensificado de acumulação e concentração de capital. Esse fenômeno da dependência, articulado ao desenvolvimento desigual e combinado⁸, é característico dos países periféricos, em especial os países da América Latina, o mesmo podemos utilizar na análise da realidade concreta das regiões periféricas brasileiras, como o Nordeste e o Norte de Minas Gerais em suas relações sócio-econômicas, políticas e culturais frente às regiões centrais como o eixo Centro-Sul. Nesse contexto, surgem na década de 1930 as primeiras escolas de Serviço Social do Brasil na região Sudeste e após alguns anos, surgem as escolas de Serviço Social da região Nordeste e no Norte de Minas.

No processo de transformação e dominação do capitalismo dependente no Brasil, as regiões Nordeste e Norte de Minas expressam similaridades sociais e econômicas e apresentam particularidades importantes para a emergência do Serviço Social. Iniciado com a “questão dos mocambos”⁹ em Recife, Pernambuco teve a sua primeira Escola criada entre 1938-1940, sendo a primeira de outras escolas na região Nordeste, que contribuíram para a determinação teórico-metodológica da profissão na década de 1950, sendo reconhecida como um espaço de influência intelectual. Nesse cenário, a escola permitiu uma aproximação com os fundamentos marxistas, sendo um campo de germinação de ideias reformistas para a profissão e para o âmbito acadêmico.

⁶ Segundo a perspectiva de Netto (2011), o Serviço Social emerge como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, que tem como objetivo intervir nas expressões da “questão social” atuando juntamente com a classe trabalhadora para viabilizar seus direitos quando não garantidos ou violados.

⁷ De acordo com Netto (2011) entende-se por “questão social” um “conjunto de sistemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe trabalhadora impôs no curso da constituição da sociedade capitalista”.

⁸ Conforme Traspadini e Stedile (2022) o desenvolvimento desigual é considerado resultado de uma relação também desigual entre capitalistas mundiais que atuam de maneira combinada para garantir a acumulação de capital e a exploração dos trabalhadores em países subdesenvolvidos.

⁹ Entende-se por “mocambos” pequenas comunidades de escravos fugitivos na época do Brasil colonial, a “questão dos mocambos” foi uma típica expressão da “questão social” em Pernambuco que alude a habitações em situação irregular feita por trabalhadores pauperizados num processo de migração forçada do área rural para urbana.

Este estudo tem como objetivo compreender a emergência do Serviço Social no Nordeste e as particularidades do seu surgimento no Norte de Minas Gerais. Nesse sentido, busca analisar os motivos que levaram a criação das Escolas e quais as suas influências na região Nordeste e Norte de Minas, considerando sua inserção desigual e combinada, bem como a forma como o capitalismo se desenvolveu nestas regiões.

Foi utilizada a pesquisa bibliográfica exploratória à luz do materialismo histórico dialético, de abordagem qualitativa sobre as primeiras escolas de serviço social na região Nordeste do Brasil. Por fim, importante destacar que se trata de resultados parciais do projeto de pesquisa “Serviço Social no Norte de Minas: trajetória histórica e cenário atual”, com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, que se encontra em fase de pesquisa de campo.

UMA APROXIMAÇÃO COM A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

O estágio monopolista do modo de produção capitalista intensificou o fenômeno do desenvolvimento desigual e combinado, manifestando-se principalmente através do capitalismo dependente. Este se caracteriza pela expropriação promovida pela autocracia burguesa, além de um crescimento econômico que é acompanhado pela miséria, exclusão e falta de direitos (Marini, 2000; Netto, 2011).

A teoria marxista da dependência tem como objetivo interpretar o subdesenvolvimento e as relações de desapropriação e exploração dos países latino-americanos pelos países de capitalismo central, e revelou a dependência como um mecanismo central de subordinação dos territórios subdesenvolvidos como possibilidade de ampliação do domínio e reprodução do capitalismo em âmbito internacional. De acordo com Traspadini e Stedile (2022, p.53), a dialética da reprodução do capitalismo dependente na América Latina se sustenta em três pilares: dependência, superexploração e subimperialismo.¹⁰

Para Marini (2000) a superexploração é um fenômeno característico dos países latino-americanos e surge como uma forma de compensar a perda de lucros na interação econômica com os países centrais, afetando a produção interna desses países.

¹⁰ Ruy Mauro Marini, principal expoente da teoria marxista da dependência, foi um cientista social e militante que debruçou seus estudos na análise das causas do subdesenvolvimento e exploração capitalista na América Latina. Junto a ele, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, foram os pioneiros na elaboração teórica da teoria marxista da dependência.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido por meio de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; [...] trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo" (Marini, 2022, p. 186).

Enquanto nas relações econômicas e de trabalho no interior dos países centrais os trabalhadores ainda com a exploração ocupavam o lugar de consumidores, no interior da relações da América Latina a classe trabalhadora é superexplorada, produzindo apenas para atender as necessidades do mercado externo, elementos subordinados a cumprir uma função de acumulação de capital. Nos termos de Traspadini & Stedile,

[...] o mecanismo utilizado pelos capitalistas da periferia para compensar suas perdas nas relações econômicas internacionais. [...] enquanto os trabalhadores dos países mais desenvolvidos eram, ainda em meio à exploração capitalista, tratados ao mesmo tempo como operários e consumidores, na periferia os trabalhadores não se transformam em sujeitos do consumo. Assim, enquanto na América Latina se produz para satisfazer o mercado externo e ajustar as perdas ocorridas neste, os países centrais se preocupam em desenvolver relações comerciais desiguais que possam favorecer a ampliação tanto de seus mercados internos quanto de sua hegemonia internacional. Essa conformação desigual entre os que consolidam um mercado interno e uma hegemonia internacional – os países centrais – e os países que atuam a partir de uma subordinação e complementaridade à ótica de acumulação da produção desenvolvida pelos países hegemônicos – países periféricos – é o que caracteriza a dependência da América Latina frente aos ditames internacionais" (Traspadini & Stedile, 2022, p.51).

Esse processo se intensifica com o que Marini (2000) chamou de subimperialismo, ou seja, a maneira pela qual os países da América Latina reproduzem no interior de suas economias em interação com as economias subdesenvolvidas, utilizando-se dos mesmos mecanismos e estratégias de dependência e exploração utilizados pelos países centrais em relação aos países periféricos.

Vale destacar que segundo Luce (2018), a dependência como categoria teórica do marxismo é a síntese de múltiplas determinações, que residem nas relações inscritas nos níveis de abstração da economia mundial e das formações econômico-sociais. Não se trata de um outro modo de produção, mas a maneira particular que o capitalismo se desenvolveu em determinada região, mediante ao processo de desenvolvimento da economia mundial capitalista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Podemos dizer que a dependência é característica do sistema socioeconômico dos países e regiões subdesenvolvidas, que participaram de modo dependente do processo de desenvolvimento da economia mundial capitalista. Assim como ressalta Bambirra:

é necessário insistir que o grande aporte da teoria da dependência foi ter demonstrado que este não é meramente um fenômeno de relações internacionais, de intercâmbio comercial desfavorável aos países pouco desenvolvidos; mas, sim, que são relações internas [na sua imbricação com a economia mundial] que configuram uma estrutura econômico-social cujo caráter e dinâmica estão condicionados pela subjugação, exploração e dominação imperialista (Bambirra, 1978, p.99).

O caráter desigual da formação social brasileira, com regiões assimétricas do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social, revelou como a região Nordeste e do Norte de Minas em particular sofrem as consequências desse processo. Por isso, percebe-se que pelas contradições sociais e políticas próprias do capitalismo, a região Nordeste, conseqüentemente, apresenta características particulares da “questão social”. O desenvolvimento desigual interno do capitalismo no Brasil nos fornece a chave para a explicação do descompasso, funcional à eclosão dependente, com inserção também desigual e combinada no imperialismo (Fernandes, 1976 *apud* Silveira Jr., 2021, p. 202)¹¹. Este processo é sintetizado por Theotônio dos Santos:

A dependência é, pois, o modo específico da produção capitalista em nossos países. É, também, a forma em que se estruturam nossas sociedades. A dependência é a situação que condiciona nosso desenvolvimento e lhe dá uma forma específica no contexto mundial – a do desenvolvimento capitalista dependente (Dos Santos, 2018, p.49).

Podemos aplicar a mesma linha de raciocínio ao analisar o contexto histórico no qual se desenvolveu e reproduziu o capitalismo na região do Norte de Minas. Desde o século XVI, ainda no período colonial o Norte de Minas possuía vínculos econômicos com a região Nordeste por pertencer ao território das capitanias da Bahia e de Pernambuco como uma extensão da economia açucareira, que funcionava como uma das principais atividades econômicas da região no Brasil colônia (Oliveira, 2000, p.118).

O modelo agroexportador brasileiro na região Nordeste concentrou-se nas terras litorâneas, resultando na desigualdade entre a região litorânea nordestina e o sertão, onde os grandes colonizadores expropriaram a vida e o trabalho dos pequenos camponeses que habitavam nessa região.

¹¹ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

As atividades agrícolas do nordeste expandiram-se à medida que o modelo agroexportador se desenvolvia, entretanto, o desenvolvimento dessas atividades agrícolas não acompanhou o desenvolvimento das forças produtivas. Isso resultou, por um tempo, no imobilismo político de um lado, e no autoritarismo da classe dominante latifundiária de outro. Dessa maneira, os aspectos: ecológico, econômico, social e político se entrelaçam, contribuindo para a produção e perpetuação do subdesenvolvimento (Oliveira, 2000, p.119).

À medida em que os pequenos agricultores passaram a habitar a região do Norte de Minas Gerais, enxergando-a como um local oportuno para exploração das riquezas naturais, principalmente por causa do Rio São Francisco¹²; esse processo resultou numa relação desigual das regiões Nordeste e Norte de Minas, entendidas como regiões atrasadas e marcadas pela pauperização, com o Sudeste:

Assim como o desenvolvimento do capitalismo no âmbito mundial, por meio da divisão internacional do trabalho, criou centros desenvolvidos e uma periferia subdesenvolvida em sua órbita, a economia interna (pela divisão inter-regional do trabalho), cresce promovendo regiões próprias e regiões atrasadas. No Brasil, a região Sudeste constitui o centro econômico-financeiro, enquanto a região Nordeste é singularizada como região periférica (Oliveira, 2000, p.124).

Com o histórico golpe de 1930 e o início da Era Vargas (1930-1945), o Serviço Social emerge como uma profissão orientada a racionalizar a ajuda sob a necessidade do Estado para conter as inquietações da classe trabalhadora, além de se propor a amenizar os danos causados pela a produção e acumulação do capital na era monopolista. As primeiras escolas de formação surgem ainda na década de 1930 na região Sudeste do país, mais precisamente em São Paulo no ano de 1936 e no Rio de Janeiro em 1937, posteriormente em 1940, surge a primeira escola de Serviço Social na região Nordeste em Pernambuco.

No contexto da década de 1930 a população nordestina se encontra extremamente pauperizada por efeito da produção e exploração do trabalho, a classe operária em conjunto com um proletariado agrícola, ganha uma potencial força política, trazendo à tona a “questão dos mocambos”, uma forma típica de expressão da “questão social” na cidade de Recife, o que exigiu do Estado Novo¹³ a intervenção no âmbito habitacional, educacional, da assistência à maternidade e à infância (Silveira Jr., 2021, p. 204). Deste modo, a primeira escola de Serviço

¹² O Rio São Francisco, popularmente conhecido como o “Velho Chico”, tem uma extensão de 2.863 km e percorre cerca de 521 municípios entre o Estado de Minas Gerais e a Região Nordeste.

¹³ Período resultante do golpe de 1930, durou de 1937-1945 sendo a terceira fase da Era Vargas, foi o marco histórico do rompimento com a “República velha”.

Social em Pernambuco tem como base de sua formação a Doutrina Social da Igreja Católica e uma política higienista.

Essas particularidades apresentadas pela região Nordeste, colaboraram para o processo de renovação do Serviço Social já na década de 1970, com iniciativas profissionais progressistas alinhadas com as lutas sociais e a democratização do estado no período do golpe de 1964. No epicentro das atividades agrícolas e manufatureiras, no qual o trabalho assalariado e o núcleo operário se mostram evidentes, percebe-se o descompasso do Serviço Social em relação às outras regiões brasileiras.

Conforme o pressuposto, através desse descompasso surge, contraditoriamente, uma diferenciação teórico-metodológica das instituições que fundaram a Escola de Pernambuco, contribuindo para a aproximação do marxismo e a formação de profissionais críticos. Essa assimetria teórico-metodológica se expressa no caráter centrado em indivíduos que não se apoiavam na industrialização e intervenção estatal. Ademais, surge a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE¹⁴ que contribui ainda mais para a diferenciação do Serviço Social do Nordeste e sua formação¹⁵.

O SERVIÇO SOCIAL NO NORDESTE E NORTE DE MINAS

Diante desse contexto histórico da emergência do Serviço Social no Nordeste, a Escola de Serviço Social de Pernambuco é a primeira a ser criada entre os anos de 1938-1940, e passa a ser integrada à Universidade Federal de Pernambuco no ano de 1971. O quadro de intelectuais e das estruturas institucionais que fundaram a Escola de Serviço Social em Pernambuco era composto por juristas, médicos e padres ligados ao Juizados de “Menores”, ao Círculo Operário do Recife e ao Movimento de Higiene Mental (Silveira Jr., 2021, p.206). A intervenção visava o o “ajustamento social” sendo o público-alvo as crianças, adolescentes e mulheres empregadas ou subempregadas.

¹⁴ A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), é uma autarquia especial e autônoma administrativa e financeiramente, fundada em 1959 por Celso Furtado, um economista brasileiro integrante da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), um órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), que tinha por objetivo formular estratégias para o subdesenvolvimento da América Latina por meio de uma política desenvolvimentista de industrialização.

¹⁵ Vale destacar que no ano de 1959 a região do Norte de Minas é incorporada formalmente à macrorregião Nordeste do país, quando ainda era composto por 24 Municípios. Devido a um processo de emancipação, a região cresce para 44 Municípios, dos quais, 42 deles faziam parte da área do Polígono da Seca, tendo em vista as condições climáticas, sob a jurisdição da SUDENE. Sendo assim, a região foi integrada no plano federal às políticas de estímulo à produção da região Nordeste (Oliveira, 2000, p.118).

Alguns anos após a criação da Escola de Serviço Social de Pernambuco, em 1944 é criada a Escola de Serviço Social da Bahia com orientação da Doutrina Social da Igreja Católica, sendo inicialmente uma espécie de “departamento” especializado da Ação Social e da Ação Católica, composto por religiosos, profissionais liberais e educadores (Costa & Mercuri, 2021, p.119). O aspecto modernizador identificado como um fator fundamental para a criação das Escolas de Serviço Social em todo o Brasil devido a ideologia política da época, exigia da Escola de Serviço Social da Bahia a formação de agentes competentes para executar uma “assistência social organizada e eficiente com bases científicas”. Em 1948 foram formadas as primeiras assistentes sociais egressas da Escola de Serviço Social da Bahia.

Outra escola de grande relevância para região Nordeste e para o Serviço Social e seu processo de renovação, foi a Escola de Serviço Social de Natal em Rio Grande do Norte, num momento de transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, a profissão passou a exigir “profissionais capacitados para intervir tecnicamente na ‘questão social’ operando com coerção e consenso”(Lima, 2021, p.168).

Em 1945 é criada a Escola de Serviço Social de Natal que inicialmente não tinha um regimento próprio, orientando-se pelos regimentos das escolas do Rio de Janeiro e São Paulo (Lima, 2021, p.175 *apud* Gouveia et al., 1993), o processo de institucionalização do Serviço Social em Natal ocorreu com a Lei n. 1889/53 que instituiu o curso de Serviço Social como de Nível Superior sendo reconhecida pelo MEC como Escola de Ensino Superior em 1956.

Na década de 1950 o Brasil era atravessado pela dinâmica da modernização capitalista e, por isso, a criação da Escola de Serviço Social de Fortaleza e suas proposições para a formação profissional ocorreram no decurso do processo de “modernização conservadora” do estado do Ceará, caracterizado por uma economia e política subalternas nos contextos regionais e nacionais (Bezerra & Costa, 2021, p.132).

A inauguração da Escola de Serviço Social de Fortaleza realizada no dia de 23 de março de 1950, vinculada ao ISF (Instituto Social de Fortaleza) uma entidade de direito privado, era administrada pela Congregação da Sociedade das Filhas do Sagrado Coração de Maria, uma instituição católica atuante no território brasileiro com sede na França. Somente em 1975 que a Escola de Serviço Social de Fortaleza foi integrada à UECE (Universidade Estadual do Ceará).

As escolas de Serviço Social no estado da Paraíba foram criadas durante a década de 1950, no contexto da segunda conjuntura político-econômica do governo de Getúlio Vargas. A Escola de Serviço Social de João Pessoa, criada em 1951, foi inaugurada em 19 de março de

1952, e foi a quinta escola de Serviço Social da região Nordeste. Ela era vinculada à Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, uma instituição não governamental com atuação nacional.

No interior do estado da Paraíba, a Escola de Serviço Social de Campina Grande foi criada em 1957 pelas Irmãs de Caridade da Sociedade São Vicente de Paula, sendo oficialmente reconhecida pelo MEC em dezembro de 1959 (Almeida, 2021, p. 189).

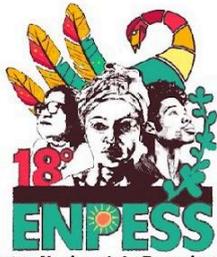
No que diz respeito à Região do Norte de Minas Gerais, não há muita produção sobre as escolas de Serviço Social da região. Estima-se, porém, que as primeiras escolas tenham surgido na primeira década dos anos 2000, concentradas na cidade de Montes Claros, conhecida popularmente como a "princesinha do Norte", com apenas uma escola localizada em Janaúba, outro município da região.

O surgimento dessas escolas nos anos 2000 indica uma configuração diferente, visto que ocorreram após a consolidação da Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão, e do Código de Ética Profissional de 1993, que orienta a prática dos assistentes sociais. Além disso, o Conselho Regional de Serviço Social em Minas Gerais (CRESS-MG) já existia, e em 2011 o Norte de Minas ganhou uma seccional localizada em Montes Claros-MG.

As escolas da região surgiram ligadas à iniciativa privada e foram três: Faculdade Santo Agostinho (FASA), Faculdades Unidas do Norte de Minas (FUNORTE) e Faculdade Vale do Grotuba (FAVAG). Em 2002, foi aprovada a criação do curso de Serviço Social na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), marcando o início de uma nova etapa para o Serviço Social no Norte de Minas.

A criação do curso em uma universidade pública trouxe novos horizontes. O compromisso não apenas com o ensino, mas também com a pesquisa e a extensão fortaleceu as iniciativas anteriores dos cursos de Serviço Social existentes e atraiu docentes e profissionais qualificados para a região do Norte de Minas.

Por fim, percebe-se que as regiões do Norte de Minas e do Nordeste se assemelham em termos de desenvolvimento, dado que as condições econômicas, sociais e políticas são semelhantes, influenciando as escolas de Serviço Social da região, a academia e o desenvolvimento do trabalho profissional em instituições que exigem profissionais graduados em Serviço Social, como nas políticas de Saúde e Assistência Social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado, conclui-se que a região Nordeste e o Norte de Minas, apesar do seu avanço desigual comparado às outras regiões, foram moldados por uma relação sócioeconômica, política e cultural dependente, inserida na dinâmica econômica desenvolvimentista do Brasil. A expansão do capitalismo dependente e o processo de industrialização promovido pela SUDENE favoreceram a burguesia agrária e industrial. Esse contexto, contribuiu de forma crucial para a emergência do Serviço Social no Brasil, formando profissionais comprometidos com o desenvolvimento de pesquisas de cunho crítico-dialético, como exprimem os cursos de Serviço Social das Escolas do Nordeste e do Norte de Minas. A aproximação com a Teoria Marxista da dependência proporciona um espaço para debater os fenômenos que transpassam e influenciam diretamente aspectos econômicos e sociais particulares das regiões estudadas, bem como a dinâmica a qual foram inseridas enquanto territórios e sujeitos protagonistas na lógica desigual do capital.

Observamos uma forte relação entre o Serviço Social e a Doutrina Social da Igreja Católica, em uma região que foi o centro de movimentos e revoltas populares protagonizados pela classe trabalhadora e pelos trabalhadores agrícolas contra as medidas de um governo autocrático e desenvolvimentista. As particularidades da região Nordeste e a emergência do Serviço Social tradicional vinculados a instituições de caridade, contribuíram significativamente para a aproximação com a teoria crítica. Essa relação influenciou diretamente o processo de reconceituação do Serviço Social em todo o Brasil.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, B. L. F. Trajetória do Serviço Social na Paraíba. In: MOTA, Ana E.; VIEIRA, A. C.; AMARAL, A. S. **Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação**. 1, ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021. (p. 186-200)
- BAMBIRRA, Vania. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. Ciudad de México: Ediciones Era, 1978.
- BEZERRA, Leila Passos & FARIAS, L. A. C. **O curso de Serviço Social no Ceará**. In: MOTA, Ana E.; VIEIRA, A. C.; AMARAL, A. S. **Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação**. 1, ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021. (p. 132-148)
- COSTA, Iraneidson Santos & MERCURI, Cristiana. **A escola de Serviço Social da Bahia em sua primeira década (1944-1954)**. In: MOTA, Ana E.; VIEIRA, A. C.; AMARAL, A. S. **Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação**. 1, ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021. (p. 116-131).
- DOS SANTOS, Theotônio. **Socialismo ou Facismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano**. Rio de Janeiro: Insular, 2018.
- LIMA, R. L. **O Serviço Social em Natal (RN)**. In: MOTA, Ana E.; VIEIRA, A. C.; AMARAL, A. S. **Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação**. 1, ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021. (p. 168-185)
- LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. (p. 197-271)
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.
- OLIVEIRA, M. F. M.; RODRIGUES, L.; CARDOSO, J. M. A. & BOTELHO, T. R. **Formação Social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2000. (p. 117-124)
- SILVEIRA Jr., A. A. **A emergência, desenvolvimento e tendências do Serviço Social em Pernambuco**. In: MOTA, Ana E.; VIEIRA, A. C.; AMARAL, A. S. **Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação**. 1, ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021. (p. 201-215)
- TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: “Dialética da dependência” e outros escritos**. 2, ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.